



PÓVOA DE VARZIM

ACTAS **XX** encontro

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS

APEAA

Comunicações

Grupo 3 · Painel 18

A profecia bíblica de Daniel e o destino inglês do quinto império: o projecto utópico-milenarista dos Fifth Monarchy Men

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Entre a *utopia*, projecto de cidade ideal ou, mais genericamente, enquanto aspiração (narrativamente imaginada ou programaticamente prescrita) de um mundo melhor, e a *profecia milenarista* como vaticínio de uma condição ontológica final a ser dispensada por intervenção transcendente, há diferenças conceptuais, mas também permutas e transfusões de sentido a assinalar. O que de imediato ressalta no cotejo dos dois conceitos é a nítida derivação etimológica do seu respectivo conteúdo semântico, a forte vibração do seu correspondente termo radical: o primeiro (*utopia*) remete, como se sabe, para a noção de *espaço*, o segundo (*milénio*) para a noção de *tempo* (*milénio* ou *quiliada* reportam-se aos mil anos de duração do governo terreal de Cristo profetizados na Bíblia para o fim dos tempos). A distinção básica a assinalar é a que decorre da idealização disjuntiva, uniaxial das coordenadas essenciais do espaço e do tempo: por um lado a *utopia*, com os seus projectos de melhoramento da cidade e de outos lugares relativamente circunscritos, corresponde a uma concepção particular, de índole político-filosófica ou mesmo científica do *espaço perfeito* (e.g. a *República* de Platão, a ilha descoberta por Hitloday, a *New Atlantis*); por outro lado a esperança num desenlace feliz da história, acalentada por visões proféticas e crenças messiánicas, funda-se numa atitude eminentemente religiosa acerca de um *tempo feliz* (e.g. os dias do Messias). No contexto circunscrito da civilização ocidental poder-se-ia dizer que a *utopia* – *sociedade ideal* – é um produto do humanismo racionalista, enquanto o *milénio* – *tempo final de libertação* – é um efeito da fé irracional num plano divino de salvação. Mas estas diferenças não elidem a permuta, a contaminação, o enlace dos dois conceitos ou modalidades do pensamento idealizante.

Os períodos históricos revolucionários são particularmente propícios à deflagração de projectos utópicos, e a conjuntura sócio-política inglesa de 1640 a 1650 não foi excepção. Durante esse decénio, o permanente conflito de poderes e de interesses entre o monarca e o parlamento extremou-se, dando origem a uma feroz e prolongada guerra civil. O epílogo do conflito viria a saldar-se, como se sabe, pela

vitória das forças leais ao parlamento e pelo triunfo do puritanismo, a corrente ideológica e religiosa nele dominante. No rescaldo, o rei Charles Stuart foi feito prisioneiro, julgado, condenado à morte e decapitado. Num século em que a actividade política significava profissão religiosa, muitas foram as seitas política-religiosas que no decurso daquele conflito, sobretudo na fase revolucionária da década de 40, despontaram e proliferaram com militante fervor apocalíptico, cada qual difundindo a sua particularíssima interpretação teológica e teleológica da Bíblia, cada qual preconizando o seu modelo ideal, mais ou menos teocrático, de sociedade. Estas congregações sectárias, com as suas discretas e imaginosas doutrinas milenaristas – que tratados anglicanos com títulos sugestivos como *Heresiography*, publicado em 1645, de Ephraim Paggit, e *Gangraena*, em 1646, de Thomas Edwards, inventariaram, caracterizaram e denunciaram –, foram listadas e computadas em número de cento e noventa e nove. Só entre os Anabaptistas, Paggit registou cerca de vinte vergôntes, a saber: «Muncerians», «Apostolikes», «Separatists», «Catharists», «Silentes», «Enthusiasts», «Liberi», «Adamites», «Huttites», «Augustinians», «Beucheldians», «Melchiorites», «Georgians», «Mennomites», «Servetians», «Libertines», «Denkians», «Orantes», «Pueris», «Similes», «Monasterienses», «Plungers» (Manuel 334). Comunicam-nos os autores do enciclopédico volume *Utopian Thought in the Western World*, Frank e Fritzie Manuel, que, de entre tão grande e diversificado número de facções paroquiais, umas de tendência fundamentalmente secular, outras de tendência predominantemente religiosa, é possível induzir e determinar cerca de seis discretos modelos utópicos, isto é cerca de seis diferentes concepções doutrinárias de alcance político-social (333). Mas, quer tivessem sido de natureza igualitária e populista, como as dos «Levellers», dos «Diggers» e dos «Ranters», quer de tipo elitista e arregimentador, como a dos «Fifth Monarchy Men», o facto é que todas elas postularam-se como alternativas à ordem político-ideológica da monarquia Stuart, considerada como um regime a abater pelo que de despótico, corrupto e injusto comportava e significava.

Movimento urbano com forte implatação na cidade de Londres, mas com congregações distribuídas por quase todas as principais cidades das províncias da Inglaterra, sobretudo nas do sul, os «Fifth Monarchy Men» foram uma corrente sectária de índole religiosa e política que, segundo o cômputo feito por um dos seus doutrinadores, Cristopher Feake, citado por B.S. Capp – este último, autor de um dos mais aprofundados estudos históricos sobre este movimento –, chegou a ter milhares de adeptos, cerca de 40.000 em 1659, e cuja prática social foi inspirada, no essencial, por uma devota e sincera expectativa milenarista, permeada por um forte vector utopizante: a do advento iminente, em Inglaterra, do reino glorioso e de felicidade terrena governado por Cristo (Capp 81). À maneira da designação novitestamentária adoptada no Apocalipse de S. João para definir os eleitos que haveriam de governar com Cristo, os seus membros auto-nomearam-se de «saints», mas também à maneira veterotestamentária da designação numérica adoptada no Livro de Daniel

para definir a monarquia terrestre governada por Deus, os «saints» viram-se a si mesmos como a legião, a vanguarda dos seres escolhidos para precipitarem o derrube da «fourth monarchy» – o derradeiro império mundano e anti-divino do mal identificado com a dinastia Stuart – e promoverem as condições para a implantação da «Fifth Monarchy»

Eis então que, na lógica reverberadora e reverberante dos processos revolucionários sujeitos à sedutora promessa do bem futuro, na lógica tutelada pela literalidade e modelada pela unilateralidade do Livro Sagrado, se difunde na Inglaterra da segunda metade de seiscentos a crença que a queda da monarquia Stuart abria caminho para a monarquia de Cristo. No afã de se prepararem para essa inevitável epifania de glória e redenção, os adeptos da «Fifth Monarchy» não se mostraram, todavia, consensuais, nem quanto à natureza política do regime a ser implantado (se monárquico, se republicano), nem quanto às condições em que Cristo se manifestaria, permaneceria e governaria na Terra (se em pessoa, se no princípio, se durante ou no fim do milénio). As teses variaram entre a sensibilidade *pré-milenarista* e *pós-milenarista*, isto é, entre os que creram na vinda prévia de Cristo como condição para a inauguração do milénio e os que sustentaram a necessidade de se criarem as condições materiais prévias para o segundo advento de Cristo (1). Houve quem, como John Tillinghast, clérigo da igreja Independente, concebesse a «Fifth Monarchy» como uma era final dividida em dois estádios ou reinos, o reino da pedra, «The Kingdom of the Stone» – também definido como o do crepúsculo, o do trabalho, «the working kingdom», organizado e governado pelos santos – e o reino da montanha, The «Kingdom of the Mountain» – o da aurora, o reino de Cristo, da recompensa e da bem-aventurança dos santos (Manuel 359).

Para os homens da quinta monarquia havia, pois, que reformar a sociedade inglesa, para que ela merecesse ser directamente governada pelo Filho de Deus, até porque Deus, presumivelmente, era inglês ... – como havia declarado, não com espírito de humor britânico mas com espírito patriótico anglómano – um entusiasta precursor anglicano desta corrente milenarista, John Aylmer, exilado por Mary Stuart e depois nomeado bispo de Londres (Capp. 34). E que melhor modelo social poderia ser esse do que o fornecido pela própria Bíblia, mais concretamente pelo Antigo Testamento, pela lei de Moisés, pelos versículos do Pentateuco, ordenadores da vida social e individual dos israelitas, desse povo que em tempos remotos fora o depositário da vontade de Deus, quando a nação e o povo ingleses ocupavam ainda um lugar virtual nos planos providenciais de redenção final da história?

Milhares de pessoas não só acreditaram como militaram para que a Commonwealth da Inglaterra se transformasse numa espécie de réplica da Canaã bíblica, um simulacro do reino do Deus de Israel na terra inglesa, animados que estavam pela utopia teleológica da plenitude existencial. William Aspinwall (1630-1662) foi um deles. Moderado, porém, na doutrinação da «Fifth Monarchy», opôs-se à via revolucionária, defendendo mesmo a colaboração dos «saints» com os

governos da «fourth monarchy». Ex-diácono puritano, Aspinwall viveu na colónia de Massachussets, e, regressado a Inglaterra em 1652, escreveu vários tratados de teor pós-milenarista onde preconizou a implantação de um regime político teocrático, a ser governado pelos puros, inspirados pela lei de Cristo.

Decorria o ano de 1653 quando publicou em Londres *A Brief Description Of The Fifth Monarchy or Kingdom, That Shortly Is To Come Into The World*. Dividido (simbolicamente) em cinco capítulos, este pequeno tratado político-administrativo procurava demonstrar e provar (i) que a implantação da quinta monarquia era iminente e inaugurar-se-ia em Inglaterra; (ii) que Cristo assumiria a função messiânica de ser o seu monarca; (iii) que esta monarquia seria hierarquicamente administrada e organizada pelos santos eleitos; (iv) que Cristo seria o seu supremo legislador; (v) que a sua necessária implantação seria acompanhada por um estado de graça e de virtuosa vivência colectiva.

Para este escrupuloso milenarista, a quarta monarquia, metonimicamente identificada com a dinastia Stuart, não só representava a última construção de governo forjada exclusivamente pela vontade do homem, mas também, pela extensa longevidade da sua duração e pela intensa perversidade da sua natureza, era portadora de sinais autodestrutivos. E depois de cotejar os acontecimentos que levaram à ascensão, ao derrube e condenação à morte do monarca inglês Charles I com a primeira visão do apocalipse do profeta Daniel (e na qual, recorde-se, narra-se, no capítulo VII, uma estranha agitação de protuberâncias ósseas que despontam na cabeça do quarto animal com que sonhara Daniel, mais concretamente de onze chifres, o último dos quais, o mais horrendo e minúsculo, com olhos e boca vociferante, decepador de outros três que o precederam), isto é, depois de recorrer à prefiguração ou analogia interpretativa, neste caso à similitude entre o presente histórico inglês seicentista e o passado judaico bíblico, Aspinwall infere que a destruição da monarquia Stuart mais não significava que o pronúncio da destruição inevitável de todos os vestígios do poder sacrílego mundano. Razão suficiente, a seu ver, para, em plena conformidade com o teor da profecia bíblica, inferir e proclamar – e daí a necessidade de serem adoptadas as medidas político-administrativas da lei mosaica por ele preconizadas – a vinda, para breve, do reino de Cristo. Sustentando sempre o primado da interpretação literal sobre a interpretação alegórica da palavra oracular, praticando a leitura fechada, diríamos nós, a leitura que fornece um sentido unívoco ao que é deliberadamente equívoco, a leitura feita em linha recta do que é formulado com sinuosidades metafóricas, Aspinwall, tomando o vaticínio bíblico como um princípio de explicação irrefutável ajustado ao caso inglês, postula, com convicção dogmática, um nexo de causalidade entre as circunstâncias históricas verificadas no seu tempo e o efeito epifânico profetizado «in illo tempore». Estirando, por forçados processos numerológicos, as analogias entre o discurso bíblico e a realidade histórica, ou melhor, submetendo a leitura dos acontecimentos políticos coevos ao espalhito,

para mais críptico, do discurso profético-bíblico, Aspinwall concluía assim que a morte do rei inglês abria caminho à vinda do rei dos Céus.

Mas antes de a vinda do divino monarca, a sociedade dos homens santos deveria estar administrativa e politicamente organizada, deveria estar preparada para O acolher e à Sua soberana dignidade. Ora, são os princípios gerais que enformam esse modelo de organização social de que se ocupam os pontos 3 e 4 da *Brief Description*. Segundo Aspinwall, a quinta monarquia, pelo menos neste primeiro estádio anterior à vinda de Cristo, seria governada de maneira autoritária, centralizada e hierarquizada pelos eleitos, ou seja, pelos santos, os soldados de Cristo, «The Lambs Military Officers», os quais desempenhariam uma função congénere da que fora exercida, entre os hebreus, pelos Juizes, mencionados no Antigo Testamento. Dessa milícia emergiria «the Supreme Council of the State or Nation», que teria por dever não só governar como promover a dilatação da soberania do reino de Cristo e combater o reino do anti-Cristo até à sua completa destruição. Interpolando constantemente passagens dos mais diversos livros do Antigo Testamento para fundamentar o ordenamento desta sociedade, Aspinwall concebia, portanto, o exercício da administração pública como uma tarefa a ser exercida pelos melhores – pelos mais sábios (à maneira de Platão) ou pelos que haviam logrado refinar ou purificar a sua alma (à maneira dos alquimistas) – escalonados em dois níveis hierárquicos: «As for the Officers of this Kinddome, they are of two sorts: *The Supreme Officers* are either Kings, Rulers, or Governors [...] *The Subordinate Officers* are, either Judges, Overseers, or Exactors» (Aspinwall 5). Porém, os funcionários subordinados, – divididos em «Judges», «Clerks», «Collectors of Customs and Tributes», «Treasurers», genericamente designados por «Exactors» – estariam submetidos à observação e fiscalização dos «Visitors» ou «Overseers». Para prevenir fraquezas nesta fase de transição para o reino da glória governado directamente por Cristo, o exercício do poder executivo e judicial deveria ser assim limitado e sujeito ao controlo de uma instância fiscalizadora, constituída por homens «of singular wisdom, courage, faithfulness and integrity» (6), espécie de guardiões supremos da sociedade, seres totalmente purificados pela acção educativa das «Churches (which are Gods refining houses)» (10), seres austeros e moralmente incorruptíveis, «fit for such and such employment. Not to gratifie friends and acquaintances, much leffe men that carry an outward splendor in the world, and out of corrupt and covetous principle seek to croud themselves into places of gain and profit» (11). Diferentes graus de pureza anímica e de preparação ético-espiritual determinavam, assim, o exercício de diferentes funções administrativas e governativas, escalonando-se hierarquicamente os santos na execução das breves e singulares leis de Cristo. E aqui vale a pena fazer um parêntesis para lembrar que a obsessão pela regularidade, estabilidade e uniformidade de muitos planos de sociedades ideais releva de uma noção totalitária e dirigista que remonta à *República* de Platão e que se prolonga, sob a forma de denúncia irónica, até às narrativas anti-

a thousand may, in case all the orders under him be at the fullest, rule over 8436 which ordinarily, amounteth to 33687 souls [...] for one head of a Family, there be at least three more souls of women and children: so that four times 8436 amounteth to 33687 soules» (Eliot 7-8). Os capítulos subsequentes até ao final, o oitavo, sempre enxertados com paráfrases bíblicas fundamentadoras das teses expostas pelo piedoso autor, tratam das incumbências e prerrogativas dos diferentes 'rulers' e da natureza das instituições necessárias ao cumprimento da lei de Deus. O conteúdo do projecto constitucional de ordenamento da «Christian Commonwealth» e o modelo de governo divino dos negócios humanos – «the civil policy» – que, segundo Eliot, deveriam reger a administração da nação inglesa – a nação pioneira a caminho de um estado de glória e santidade, fundadora das instituições para o acolhimento do governo universal de Cristo –, mais não era do que um catálogo de regras e princípios de incidência social, política e administrativa postulados na Bíblia, um breviário de normas veterotestamentárias, um exercício de transliteração da letra do texto das Sagradas Escrituras para a letra do texto legislativo, (pretensamente) modelador e ordenador da realidade político-social inglesa e, por extensão, do mundo inteiro do século XVII.

Já em 1653, um outro doutrinador milenarista, John Brayne, respeitado e admirado pelos homens da quinta monarquia, embora ele próprio não fosse um militante deste movimento, tinha-se mostrado ainda mais redutor e normativo na concepção do seu projecto constitucional para a sociedade futura inspirada na benigna vontade divina. Em seu juízo, a nova e derradeira ordem social e institucional seria integralmente reformada – (e, nesse contexto, Brayne invectiva ameaçadoramente a natureza ímpia e o papel deseducador da instituição universitária – «Ye Universities, the wrath of God will break out upon you; your dayes are numbered and your time neer come, in which you will see that is not a reformation will serve your turn or save you from the decree» (Brayne 91) – e enformada pelo teor judicativo dos dez mandamentos. Para John Brayne o legislador indisputável não seria assim Cristo, mas o próprio Jeová, o inspirador das primeiras tábuas da lei que haviam fornecido fórmulas de convivialidade e de civilidade às primitivas tribos dos Judeus. Daí que Brayne, que também toma como destinatário imediato da aplicação das suas teses a Inglaterra, e como destinatário mediato o mundo inteiro, tenha adoptado como modelo de organização para a futura sociedade da bem-aventurança o formulário-síntese da normatividade positiva que regulamentou a vida social da antiga sociedade tribal judaica. O título da obra é por si só elucidativo: *The New Earth, or The True Magna Charta of the past ages, and of the ages or World to come called the Jews Commonwealth*.

Poderíamos fornecer mais exemplos e determo-nos num exercício de comparação sobre as divergências e convergências de tratados milenaristas setecentistas ingleses que relevam da leitura literal das profecias bíblicas, em particular das do profeta hebraico Daniel, para provar da perenidade de uma forte

propensão do espírito da utopia, a que se relaciona com o tempo futuro perfeito. Basta apenas aduzir o seguinte excerto do tratado sobre a quinta monarquia de Aspinwall para ilustrar essa benigna esperança, e no qual surgem interpolados os versículos bíblicos que conferem autoridade transcendente ao alinhamento dos juízos teleológicos de teor utopiazante:

«The benefits of this Monarchy are exceeding great, both in respect of spiritual and temporal blessings. It far exceeds all other Monarchies, both in the perfect constitution of all civil and ecclesiastical administrations, and in the fruits and effects of both. In the Commonwealth there shall no be no Tyranny, Isa. 35. 9. but all brotherly love, mercy and truth, Isa. 65 25. & 11, 6, 7, 8. Rev. 22. 2. their leaves or their words shall be of a healing virtue. Their Officers shall do righteously, Isa 11. 4, 5. Isa. 1. 25, 26 & 60.17. And from all these flows peace and tranquility, Psal. 85.10 & 72.7. Isa. 14.13. cessation of wars, Isa 2. 4. Mic. 4.3. Hos. 2.18. Isa. 33.20,21. store of provisions, Hos. 2.21, 22, 23. Psal. 67.6. Amos 9. 13,14. and treasure, Isa 60.17. And all these blessings shall be accompanied with health, Isa. 33. 24. and holiness, Zech. 14. 20, 21. This will be glory and happiness of the Saints under the fifth Monarchy, in relation to civil Government.» (Aspinwall 13)

Notas

¹ Um estudioso do fenómeno quiliástico, George Shepperson é o autor desta distinção conceptual entre pré-milenarismo e pós-milenarismo. Do ponto de vista eminentemente religioso, a primeira atitude funda-se na crença de que o período transitório do milénio deve ser precedido pelo segundo advento ou por uma qualquer intervenção transcendente e libertadora, sem o necessário concurso dos homens, que há-de transformar radicalmente, e para melhor, as condições existenciais e sociais vigentes (o acontecimento transcendente – o advento – precede e inaugura o reino); a segunda é a que se fundamenta na convicção de que a segunda vinda de Cristo ou a consumação da libertação é o epílogo inevitável de um processo já em curso e posto em marcha pela vontade dos que nele crêem (o advento é preparado e sucede em consequência de uma acção humana). A estas duas atitudes religiosas de inspiração apocalíptica, a pré e a pós milenarista, G. Shepperson faz atribuir um nexo de correspondência político-ideológico com as aspirações seculares, respectivamente, revolucionárias e reformistas de transformação social (44-45).

Obras citadas

- Aspinwall, William. *A Brief Description Of The Fifth Monarchy, or Kingdome That Shortly Is To Come Into The World (...)*. London, 1654.
- Brayne, John. *The New Earth Or The True Magna Charta Of The Past Ages, And Of The Ages Or World To Come, Called The Jews Commonwealth*. London, 1653.
- Capp, B.S. *The Fifth Monarchy Men: A study in Seventeenth-Century English Millenarianism*. London: Faber & Faber, 1972.
- Manuel Frank, and Fritze Manuel. *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge; Massachussets: The Belknap Press of Harvard University, 1979.
- Shepperson, George – «The Comparative Study of Millenarian Movements.» *Millenial Dreams in Action*. Ed. Sylvia L. Thrupp. New York: Schocken Books, 1970, 31-43.

E 708 8
A Brief Description
OF THE

Fifth Monarchy,
OR
KINGDOME,

That shortly is to come into the World.

The Monarch, Subjects, Officers, and
Lawes thereof, and the surpassing Glory, Am-
plitude, Unity, and Peace of that *Kingdome*.

When the Kingdome and Dominion, and the great-
nesse of the Kingdome under the whole Heaven shall be
given to the people, the Saints of the Most high, whose
Kingdome is an everlasting Kingdome, and all Sovereignes
shall serve and obey him.

*And in the Conclusion there is added a Prognostick of the
time when this fifth Kingdome shall begin.*

By WILLIAM ASPINWALL, N. E.

2 Pet. 3. 13. Nevertheless, we according to his promise, look for New Hea-
vens, and a new Earth, wherein dwells righteousness.

Psal. 2. 10, 11, 12. Be wise therefore O yee Kings: be instructed yee Jud-
ges of the Earth. Serve the Lord with feare, and rejoyce with trembling.
Kisse the Son lest he be angry, and yee perish from the way, when his wrath
is kindled but a little.

Psal. 76. 12. For, he will cut off the Spirit of Princes; he is terrible to the
Kings of the Earth.

Job 12. 21. He poureth contempt upon Princes: he is terrible to the Kings
of the Earth.

L O N D O N:

Printed by M. Simmons, and are to be sold by Livewell
Chapman at the Crown in Popes head-Alley. 1653.



organização

Instituto de Estudos Ingleses e Norte-Americanos
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

encontro

ISBN 972-95922-2-5



9 789729 592225